

ADMINISTRAÇÃO

INTERNAÇÃO EM HOSPITAIS

Para controlar espera por vagas, RP anuncia regulação própria

Intenção é não depender do governo do Estado para conseguir vagas em hospitais; projeto deve ser iniciado neste ano

EDUARDO SCHIAVONI
redacao@jornalribeirao.com.br

A Prefeitura de Ribeirão Preto está em processo de criação de um sistema próprio de regulação de leitos hospitalares, que permitirá à administração municipal gerenciar internamente a ocupação de leitos e reduzir gargalos nas unidades de pronto atendimento (UPAs). Atualmente, esse controle passa pelo Estado, por meio do setor de regulação estadual, o que gera lentidão e limita a capacidade de encaminhamento de pacientes.

O sistema de regulação será inteiramente municipal, independente do Estado. A previsão é que esteja totalmente operacional até o final do ano, com cirurgia 24 horas. “Já começamos serviços de quatro horas; a equipe cirúrgica está em implantação. Faltam alguns equipamentos, que em breve vamos anunciar, e aí teremos cirurgia 24 horas no hospital”, afirmou.

Quanto ao custo, a equipe cirúrgica tem gasto estimado em R\$ 190 mil mensais, enquanto a ortopédica trabalhará por produção, proporcional ao número de atendimentos. “A ideia é aumentar os serviços, o que custará mais alguns milhões à saúde de Ribeirão Preto”, acrescentou.

Os próximos passos incluem a estruturação completa do hospital, ampliação da complexidade dos serviços, implantação de equipe cirúrgica completa, melhoria no atendimento das UPAs e consolidação do sistema de regulação municipal.

OBJETIVO

O objetivo é tornar o Hospital Santa Lydia referência para a rede municipal, com leitos exclusivos e regulação própria. Segundo o secretário de Saúde, Maurício Godinho, a mudança visa acelerar a retirada de pacientes das UPAs, um dos maiores desafios da cidade.

“Então, agora, a ideia é estruturar a fundação para prestar um bom serviço ao município. A fundação precisa ficar mais robusta para, por exemplo, retirar



Hospital Santa Lydia, em Ribeirão Preto: meta é ampliar equipes para regulação própria dos atendimentos

O SISTEMA DE REGULAÇÃO DA SAÚDE



CROSS SISTEMA ESTADUAL

- GERIDO PELO GOVERNO DE SÃO PAULO
- ATENDE TODA A REDE DO SUS DO ESTADO
- MÉDICOS E ENFERMEIROS ANALISAM SOLICITAÇÕES
- CRITÉRIOS: GRAVIDADE, PRIORIDADE E PACTUAÇÃO REGIONAL
- NÃO POSSUI LEITOS PRÓPRIOS, APENAS INTERMEDIA VAGAS

CONSEQUÊNCIA DEMORA NO ENCAMINHAMENTO, PACIENTES FICAM DIAS EM UPAS

pacientes das UPAs, que é o grande gargalo: você atende, faz exame, observa, precisa de leito hospitalar, mas não há leito disponível na rede”, afirmou.

TRANSFORMAÇÃO

A transformação começou em 24 de abril, quando todos os leitos do hospital passaram a ser 100% SUS e municipais. Os próximos passos são ampliar a equipe de cirurgia e ortopedia, em contratos já iniciados. “Agora, com a equipe cirúrgica 24 horas e apenas um kit agudo, o paciente pode

sair da UPA e ser operado no Santa Lúcia, sem precisar esperar HC, Santa Casa ou Beneficência”, explicou.

Segundo Godinho, o Santa Lúcia está sendo transformado em hospital de maior complexidade, com atendimento cirúrgico e ortopédico integrado à equipe das UPAs. “O objetivo é atender esses pacientes das UPAs. Eles não precisam mais esperar na Santa Casa ou na Benê; devem ir para o Santa Lúcia. Começamos com os serviços de cirurgia e ortopedia. A ideia é aumentar a complexida-

de e retirar os pacientes das UPAs o mais rápido possível”, detalhou.

Ainda de acordo com ele, a Prefeitura optou por não depender mais do Estado na regulação dos leitos hospitalares SUS. “Os leitos serão municipais, com vagas exclusivas. A ideia é não depender do Estado. O SUS será atendido apenas pela rede municipal. Hoje temos alguns leitos de CTI pediátrica que já tinham parceria com a Benê, mas todos os outros leitos agora são 100% municipais”, disse Godinho.

Sistema atual é organizado pelo Estado e tem gerência regional

O CROSS (Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde) é o sistema do governo estadual responsável por gerenciar leitos, internações e exames no SUS.

Em Ribeirão Preto, funciona de forma informatizada: as UPAs e hospitais registram a necessidade de vaga, e a central estadual verifica disponibilidade em toda a rede. A regulação é feita por médicos e enfermeiros, que analisam gravidade, prioridade e pactuações regionais.

A CROSS, porém, não possui leitos próprios; apenas intermedeia o acesso. Isso gera gargalos locais: muitas vezes, pacientes permanecem horas ou dias em observação nas UPAs até que o sistema encontre vaga em hospitais como Santa Casa, Beneficência ou HC.

A Prefeitura avalia que esse modelo é lento e burocrático, e por isso aposta em um sistema municipal de regulação, vinculado ao Hospital Santa Lydia. A ideia é que os leitos sejam exclusivos da rede municipal, agilizando transferências e reduzindo a dependência do Estado

SECRETÁRIO QUER DIMINUIR DEPENDÊNCIA

A Prefeitura quer reduzir a dependência de outros hospitais. “Hoje, especialmente a Benê, não tem prestado um serviço adequado. Eu não tenho controle sobre a gestão deles; compro o serviço, mas não posso interferir. Se apertar, preciso ligar para o diretor e resolver manualmente, e não deveria ser assim. O gestor não pode ficar dependente de favores”, disse Godinho.

O fomento municipal continuará, mas os recursos serão redirecionados para onde há gestão completa. “Minha ideia é redirecionar: se dou R\$20 milhões para a Benê, por que não direcionar para o Santa Lydia, onde tenho total gerência? Está no orçamento; não aumentei recursos, apenas realoquei para onde há gestão completa”, afirmou.